

AGRICULTURA URBANA E PERIURBANA: CONCEITO, EXPERIÊNCIAS NACIONAIS E INTERNACIONAIS, DESAFIOS E O PROGRAMA NACIONAL DE AGRICULTURA URBANA E PERIURBANA (AUP)

César Nunes de Castro

Especialista em políticas públicas e gestão governamental na Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Dirur/Ipea).

DOI: <https://dx.doi.org/10.38116/td3087-port>

A agropecuária constitui uma atividade intrinsecamente vinculada, no imaginário coletivo, ao mundo rural. Não obstante tal associação da agricultura e da pecuária com o meio rural, tais atividades econômicas também são realizadas nas cidades, seja em seu interior, meio urbano, seja nas suas mediações, meio periurbano. Historicamente, a agricultura é praticada, sob modos diversos, nas cidades, há milênios. Este estudo tem por objetivo tecer um panorama, atual, da Agricultura Urbana e Periurbana (AUP) no Brasil e avaliar os desafios inerentes à atividade, inclusive o papel que o Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana pode ter no sentido de promover o seu desenvolvimento. A AUP possui o potencial de oferecer alguns benefícios em comunidades e áreas urbanas (e periurbanas) onde ela é realizada. Entre esses benefícios, incluem-se: a promoção da segurança alimentar de parte da população, especialmente aquela envolvida com a atividade e aquela mais vulnerável socialmente; o consumo de alimentos mais frescos e saudáveis; a geração de empregos; a ampliação de espaços verdes no ambiente urbano, entre outros. Existem também riscos, contudo. Entre eles: aqueles associados à utilização inadequada de agrotóxicos; à proliferação de vetores de doenças; ao consumo de água de fontes hídricas contaminadas por resíduos da atividade; ao consumo de produtos da atividade contaminados com metais pesados presentes no solo da área urbana e/ou periurbana; às zoonoses etc.

A relação entre vantagens e desvantagens da prática nas cidades brasileiras, e áreas circundantes, dependerá de alguns fatores, como a incorporação do tema no âmbito do planejamento urbano e da existência de regulamentação específica sobre diversas questões afeitas ao *modus operandi* da AUP no Brasil (áreas aptas para a atividade, aspectos técnicos de produção, regras de aplicação de insumos e de descarte de resíduos etc.).

A análise dos planos diretores das capitais brasileiras sugere que a AUP carece de ser incorporada no planejamento urbano brasileiro. O fomento da AUP e a sua expansão, para serem efetivamente concretizados, dependem da existência de toda uma série de elementos de suporte. No geral, esses elementos são consubstanciados no acesso ao crédito, à assistência técnica e capacitação dos agricultores e agricultoras urbanos e periurbanos, à terra, à água etc. O acesso a muitos desses elementos é incerto/inexistente atualmente. Supõe-se que os agricultores AUP brasileiros são, em sua maioria, especialmente na área urbana, pessoas com nível de instrução e de renda relativamente baixos.

A criação e focalização de políticas públicas específicas para uma população potencialmente vulnerável dependerá de um maior conhecimento da realidade dessas pessoas e dos sistemas produtivos utilizados por elas em suas atividades AUP. Atualmente, esse conhecimento não é abrangente.